

# Relatório da **2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

**21 a 23 de julho de 2005**

**PREFEITO**

**Carlos Eduardo Nunes Alves**

**VICE-PREFEITO**

**Micarla de Sousa Weber**

**Secretário do Gabinete do Prefeito**

*João Bosco Barreto D. Pinheiro*

**Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Finanças**

*Maria Virgínia Ferreira Lopes*

**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência**

*João Felipe da Trindade*

**Secretário Municipal de Tributação**

*Maria Gorete de Araújo Cavalcante*

**Procurador Geral do Município**

*Flávio de Oliveira Freitas*

**Controlador Geral do Município**

*Walda Felix Souza*

**Secretário Municipal de Educação**

*Justina Iva de Araújo Silva*

**Secretário Municipal de Saúde**

*Maria Aparecida de França Gomes*

**Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social**

*Andréa Ramalho Pereira de Araújo Alves*

**Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário**

*Nivaldo Ferreira da Silva*

**Secretário Municipal de Comércio Indústria e Turismo**

*Fernando Bezerril de Araújo*

**Secretário Municipal de Transporte e Trânsito Urbano**

*Elequicina Maria dos Santos*

**Secretário Especial de Meio Ambiente e Urbanismo**

*Ana Miriam Machado da Silva Freitas*

**Secretário Municipal de Serviços Urbanos**

*Marilene Rodrigues Dantas*

**Secretário Municipal de Obras e Viação**

*Damião Rodrigues Pita*

**Secretário Especial de Esportes e Lazer**

*Francisco Nilton Pascoal de Figueiredo*

**Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes**

*Dácio Freitas Galvão*

**Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do  
Município de Natal**

*Urbano Medeiros Lima*

**Presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal**

*Josenildo Barbosa de Lima*

**Secretário da Assessoria de Assuntos Especiais**

*Padre Antônio Nunes*

**Secretário da Assessoria de Comunicação Social**

*Hewerton Santos Freitas*

**Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças**

**Secretário**

*Maria Virgínia Ferreira Lopes*

**Secretário Adjunto de Planejamento Instrumental**

*Regina Bezerra Mota*

**Secretário Adjunto de Finanças, Orçamento e Gestão Participativa**

*Adamires França*

**Chefe de Gabinete**

*Sandra Regina Freire Pequeno*

**Assessora Técnica**

*Glenda Dantas Ferreira*

**Chefe do Departamento de Participação Popular**

*Joscelito Costa Martins*

**Chefe do Departamento de Projetos Especiais**

*Francisco Maximiliano Bezerra*

**Chefe do Departamento de Planejamento Participativo**

*Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti*

**Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas**

*Arimá Barroso Viana*

**Chefe do Departamento de Informática**

*João Alfredo Guimarães Galvão*

**Chefe do Departamento de Orçamento**

*Maria da Penha C. de Vasconcelos*

**Chefe do Departamento Finanças**

*Maria do Socorro Oliveira*

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO FINAL DO RELATÓRIO**

*Glenda Dantas Ferreira*

*Marcia Aparecida Sousa da Silva - Organização*

*Juliano Varela de Oliveira*

*Jucilene de Souza Silva*

*Sandra Regina Freire Pequeno*

*Luiz Wilson Vilar Cavalcanti - Revisão*

*Virgínia Maria Dantas de Araújo- Coordenação*

**ARTE FINAL**

*Evânio Janeilson Mafra*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
PRÉ-CONFERÊNCIAS DA CIDADE DO NATAL .....	10
PROGRAMAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL .....	11
BALANÇO DA 1ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL/2003.....	13
RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DAS TEMÁTICAS DA 2ª CONFERÊNCIA .....	15
DISCUSSÕES REALIZADAS NOS GRUPOS TEMÁTICOS .....	22
GRUPO 1 .....	22
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	22
GRUPO 2 .....	23
QUESTÃO FEDERATIVA.....	23
GRUPO 3.....	23
POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA .....	23
GRUPO 4.....	25
FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS URBANAS.....	25
MOÇÕES .....	27
MOÇÃO 01.....	27
<i>Central de Movimentos Populares.....</i>	27
MOÇÃO 02.....	27
À CÂMARA DE VEREADORES DO NATAL .....	27
MOÇÃO 03.....	27
À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	27
ANEXOS .....	29
ANEXO 01 - Balanço da 1ª Conferência da Cidade do Natal/2003.....	29
ANEXO 02 - Regimento da 2ª Conferência da Cidade do Natal .....	29
BALANÇO DA 1ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL.....	30
GRUPO 1 - HABITAÇÃO .....	30
GRUPO 2 - TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA .....	35
GRUPO 3 – SANEAMENTO AMBIENTAL.....	42
ANEXO 02 .....	53
REGIMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL.....	53

---

DISPOSIÇÕES GERAIS .....	58
--------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

As cidades são imagens concretas e dinâmicas da vivência de mulheres e homens na busca pela realização dos seus sonhos. Uma cidade é saudável quando constrói o seu futuro na trama do seu tecido social, enraizado na tradição e na participação do seu povo. Sem empirismo e sem utopia, construindo ideais sobre idéias e sonhos sobre desejo.

Administrar uma cidade de forma democrática não é uma tarefa fácil; há que se respeitar a sua história, fincar a sua cultura e abrir oportunidades para que todos tenham vez e voz. Não há receita, nem há modelo. O que há dentro de cada um de nós é à vontade de fazer justiça social, promovendo a inclusão de todos no exercício da cidadania. Há, também, que se garantir a transparência e estimular o controle social sobre ações governamentais.

Assim sendo, a 2º Conferência das Cidades teve como lema a Reforma Urbana: Cidade para Todos e como tema: Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Traduzindo as suas deliberações, esta Prefeitura, através dos seus respectivos órgãos, realizou a audiência pública para elaboração do Plano Plurianual – PPA, a consulta pública para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, o Seminário Participativo sobre o Plano Diretor de Natal e, ainda, colocou à disposição da população o Portal Natal Transparente, incluindo no site do Município.

Essas ações se inserem no avanço da sociedade brasileira em busca de uma gestão democrática, de um debate amplo e constante de modo a trazer as prioridades da população para foco da administração.

Vencer tão árduo desafio é transformar cada pedra do imobilismo em abrigo capaz de acolher os mais diversos sonhos, desejos e lutas. Precisamos vencer em nome de cada cidadã e cidadão desta cidade de Poti. É nossa missão, é nossa responsabilidade. Por isso, estamos discutindo e definindo os rumos das políticas públicas, com ética e coragem num contexto de co-responsabilidade entre governo e sociedade.

Carlos Eduardo Nunes Alves

**Prefeito de Natal**

## **INTRODUÇÃO**

A Conferência da cidade se constitui no mais amplo e democrático instrumento decisório já utilizado pela administração pública. Nela os representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e de órgãos de classe ponderam a realidade e debatem sobre o futuro desejado para a cidade, buscando-se promover um desenvolvimento sustentável.

A construção de uma política urbana nestes moldes não foi, todavia, tão simples como a sua necessidade faz parece-lo. Um pacto democrático para a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano foi necessário ser feito, desencadeando-se um processo de reeducação política de desenvolvimento reflete uma visão setorializada ou uma compreensão particular dos problemas o que compromete a sua sustentabilidade.

Com a realização da 1ª Conferência da Cidade do Natal, inicia-se um novo modelo de gestão, avançando no aprimoramento da administração pública, na medida em que permite, agora de forma mais ampla e simplificada, a participação do cidadão na concepção, implementação e avaliação das ações de governo.

Na 1ª Conferência da Cidade do Natal foram discutidos três temas básicos: habitação e regularização fundiária; transporte, trânsito e mobilidade urbana; saneamento ambiental. Pela primeira vez, considerando-se a amplitude e a interação dos setores representados, a administração pública utilizou-se de um mecanismo de participação para com maior propriedade entender os problemas da cidade e conhecer mais concretamente as aspirações da população na construção de uma Cidade para Todos.

Buscando enfrentar o desafio de proporcionar às administrações democráticas, condições ao exercício do direito de todo cidadão participar, através de formas diretas e representativas, do controle e planejamento, priorizando o fortalecimento, transparência, eficácia e autonomia das administrações públicas, o Governo Federal vem realizando um esforço permanente para ouvir a sociedade sobre diferentes temas, convidando-a e incentivando-a a participar da construção de um novo modelo de gestão da política urbana.

Nesse sentido, a 2ª Conferência Nacional das Cidades tem uma grande responsabilidade histórica de definir, democraticamente, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Trata-se de um instrumento que norteará as ações da administração pública, de forma coordenada e com efetiva participação popular, cujo objetivo é o de reduzir as desigualdades sociais e regionais, garantindo uma Cidade para Todos.

Tendo como lema REFORMA URBANA: CIDADE PARA TODOS, e como tema CONSTRUINDO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, a 2ª Conferência Nacional das Cidades está sendo precedida por conferências municipais/regionais que aconteceram de 20 de abril a 31 de julho de 2005 e conferências estaduais, que estão sendo realizadas desde 1º de agosto e se estenderão a 2 de outubro de 2005.

No Relatório que ora se apresenta, procurou-se descrever da forma mais fidedigna possível a seqüência dos procedimentos prévios para a realização da Conferência, o seu desenvolvimento e, sem qualquer preocupação em dar um enfoque técnico mais apurado, as conclusões e recomendações feitas pelos grupos temáticos.

A dinâmica democrática da cidade está, desta forma, gradativamente aprimorando-se permitindo, de forma mais efetiva, que a administração pública e a sociedade civil organizada construam coletivamente os planos, programas e projetos, sendo um dos exemplos mais recente o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009.

Espera-se, a partir deste marco administrativo, que a sociedade civil mostre o seu desejo e a capacidade de se tornar um agente ativo do desenvolvimento urbano e social, compartilhando com a administração pública e outros segmentos da busca pela melhoria da qualidade de vida da cidade.

## **COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

A organização da 2ª Conferência da Cidade do Natal foi iniciada com a escolha da Comissão Preparatória, cujos membros foram escolhidos em reunião realizada no dia 10 de maio de 2005, no Auditório da Fundação Nacional de Saúde, e os membros desta comissão foram escolhidos obedecendo-se a proporcionalidade dos segmentos sociais.

A Comissão Preparatória teve como objetivos: elaborar o Regimento que estabeleceu os critérios de escolha de seus delegados, respeitando as diretrizes e definições da 2ª Conferência quanto à proporção da representação dos segmentos sociais e dos critérios da proporcionalidade da população e elaborar o Regulamento que estabeleceu as regras para o funcionamento da Conferência. O Regimento foi aprovado na abertura da mesma, revendo-se a organização da pauta e do temário, os grupos de debate, o credenciamento, as deliberações, e a forma de eleger os delegados, dentre outros itens.

A Comissão Preparatória da 2ª Conferência da Cidade do Natal foi constituída pelas seguintes representações:

*1. Empresários Relacionados à Produção, Financiamento do Desenvolvimento Urbano*

Titular: Cintya Delfino Patrícia – SINDUSCON-RN.

Suplente: Jefferson Dantas – Fetronor-RN

*2. Entidades Sindicais:*

Titular: Maria da Conceição Bezerra – CUT/RN.



Suplente: Davi Queiroz de Medeiros – Sindicato dos Economistas.

*3. Instituições Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa*

Titular: Virgínia Maria Dantas de Araújo – UFRN.

Suplente: Sérgio Bezerra Pinheiro – ABES.

*4. Grupo de Representantes das Organizações Não Governamentais (ONG'S)*

Titular: Cléa Maria Bacurau - ATIVA

Suplente: Perceval Nunes de Carvalho Filho – STv Brasil.

*5. Grupo de Representantes de Operador ou Concessionário Público*

Titular: Antônio Arismério A. Sousa – CBTU

Suplente: Nadjaluce de Carvalho Barros – ALIMENTAR.

*6. Grupo dos Representantes Sociais e Populares*

Titular: Joseilson Pedro da Silva - Assessoria Comunitária da Zona Norte

Titular: Cláudio Belo Moreno - Conselho Comunitário Santos Reis.

*7. Grupo de Representantes de Gestores, Administradores Públicos e Legislativo*

Titular: Maria Virgínia Ferreira Lopes - SEMPLA

Suplente: Vilma Sampaio - SEGAP

Titular: Luciana Melo - SEMURB

Titular: Lúcia Rejane de Oliveira Xavier - STTU

Suplente: Élson da Silva Rodrigues - Guarda Municipal de Natal

Titular: Urbano Medeiros Lima - ARSBAN

Suplente: Valdécia Karla Cortez - SMDC

Titular: Vereador Fernando Lucena - Câmara Municipal de Natal

*8. Grupo do Conselho de Classe*

Titular: Fabiola Andréa Leite de Paula – CORECON-RN

## **PRÉ-CONFERÊNCIAS DA CIDADE DO NATAL**

A 2ª Conferência da Cidade do Natal foi antecedida por pré-conferências realizadas nas quatro regiões administrativas. Foi fundamental garantir a participação da sociedade civil nessas pré-conferências, uma vez que elas tiveram como objetivo apresentar os temas propostos, possibilitando uma discussão introdutória à 2ª Conferência. Nelas foram eleitos os delegados que representam a população residente em cada das regiões administrativas, bem como dos diversos setores da sociedade civil organizada.

As Pré-Conferências foram realizadas no período 11 a 16 de julho de 2005, de acordo com a seguinte agenda:

### *1. Região Leste*

Data: 11/07/2005; Hora: 19h; Local: Auditório da CBTU; Delegados: 06.

Expositores: Pe. Sabino e Juliano Varela.

### *2. Região Sul*

Data: 12/07/2005; Hora: 19h; Local: Auditório do SEBRAE; Delegados: 07 .

Foram ainda escolhidos 105 delegados dos outros segmentos.

Expositor: Profa. Dra. Dulce Bentes.

### *3. Região Oeste*

Data: 14/07/2005; Hora: 19h; Local: Conselho Comunitário da Cidade da Esperança; Delegados: 10.

Expositor: Jucilene de Souza Silva.

### *4. Região Norte*

Data: 16/07/2005; Hora: 19:00h; Local: Auditório do SENAC da Zona Norte;  
Delegados: 12.  
Expositores: Glenda Dantas Ferreira e Joscelito Costa Martins.

A 2ª Conferência da Cidade do Natal contou, portanto, com uma composição total de 140 (cento e quarenta) delegados, assim distribuídos:

- 1- Gestores, administradores públicos e legislativos – 56 delegados (40%);
  - 2 – Movimentos sociais e populares – 35 delegados (25%);
  - 3 – Trabalhadores representados pelas suas entidades sindicais – 14 delegados (10%);
  - 4 – Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano – 14 delegados (10%).
  - 5 – Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa – 11 delegados (7,8%);
  - 6 – Organizações Não Governamentais – ONGs – 09 delegados (6,4%);
  - 7 – Conselhos de Classe – 01 delegado (1%);
- Região Norte, 12 delegados (34,3%); Região Sul, 07 delegados (21,9%);  
Região Leste, 06 delegados (16,4%); Região Oeste, 10 delegados (27,4%).

## **PROGRAMAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

A 2ª Conferência da Cidade do Natal foi realizada de 21 a 23 de julho, no Auditório da Universidade Potiguar – UNP, Campus Floriano, e tratou dos quatro temas considerados pelo Conselho das Cidades (ConCidades) com os grandes desafios para a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) no país: Participação e Controle Social; Questão Federativa; Política Urbana Regional e Regiões Metropolitanas e Financiamento do Desenvolvimento Urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal, de acordo a seguinte programação:

### **DIA 21 DE JULHO DE 2005**

19h – Abertura – Composição da Mesa

Apresentação Cultural.

19h30min – Exposição

Lema: Reforma Urbana: Cidade para Todos.

Tema: Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Expositor: Representante do Ministério das Cidades<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A Exposição prevista foi cancelada por motivo de força maior.

---

## **DIA 22 DE JULHO DE 2005**

8h – Exposições

- Leitura e Aprovação do Regimento
- Balanço da 1ª Conferência da Cidade do Natal/2003 – Profa. Dulce Bentes (Doutora em Sistemas Ambientais Urbanos/FAU/USP – Professora do Departamento de Arquitetura da UFRN e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN).

### **Temáticas da Conferência:**

- **Participação e Controle Social** – Profª. Dra. Brasília Carlos Ferreira (Doutora em Sociologia/USP – Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN );
- **Questão Federativa** – Glenda Dantas Ferreira (Mestre em Desenvolvimento Econômico / Unicamp – Assessora Técnica da SEMPLA);
- **Política Urbana Regional e Regiões Metropolitanas** – Profª. Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino (Doutora em Economia Aplicada/Unicamp – Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN – Coordenadora da Rede Metrôpoles/RN);
- **Financiamento das Políticas Urbanas nos Âmbitos Federal, Estadual e Municipal** – Albert Josuá Neto (Gerente de Desenvolvimento Urbano – Caixa Econômica Federal).

12h – Intervalo para Almoço.

14h – Trabalhos nos Grupos Temáticos.

16h – Lanche.

16h20min – Trabalhos em Grupo.

18h – Fim das Atividades do Dia.

## **DIA 23 DE JULHO DE 2005**

8h – Apresentação dos Relatórios dos Trabalhos em Grupo.

10h – Lanche.

11h – Plenária Final - Escolha de delegados para a Conferência Estadual.

12h – Encerramento.

## **BALANÇO DA 1ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL/2003**

***Elaboração: Técnicos da SEMPLA***

***Sistematização: Profa. Dra. Dulce Bentes- UFRN***

A 1ª Conferência da Cidade do Natal, integrante do processo de preparação da 1ª Conferência Estadual da Cidade, ocorrida no período de 07 a 09 de agosto de 2003, teve como lema “**Cidade Para Todos**” e como objetivos: a) propor princípios e diretrizes para as políticas de desenvolvimento urbano, integrando os setores de habitação, saneamento ambiental, trânsito e mobilidade urbana, planejamento e gestão territorial e fundiária; b) identificar os principais problemas que se apresentam na cidade do Natal, ouvindo os vários segmentos e agentes produtores, consumidores e gestores; c) propor formas de participação popular no processo de gestão da cidade e sua humanização; e d) avaliar programas em andamento e legislações vigentes nas áreas de habitação, saneamento ambiental, programas urbanos, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Os temas debatidos na 1ª Conferência da Cidade do Natal foram: habitação; transporte, trânsito e mobilidade e saneamento ambiental. O debate desses temas criou condições para que os delegados, representantes dos diferentes segmentos da sociedade, identificassem um conjunto de problemas urbanos básicos. Com isso, foi possível aos delegados sistematizarem uma série de resoluções, objetivando fazer chegar ao poder público a opinião da sociedade civil organizada sobre problemas, que constituem obstáculos e desafios ao desenvolvimento urbano de Natal e à construção de uma Cidade para Todos.

O objetivo deste balanço é apresentar à população da cidade do Natal e aos participantes da 2ª Conferência da Cidade, o quadro de ações realizadas pelo

poder público municipal, com base nas resoluções que foram sistematizadas durante a 1ª Conferência. Para isso, a Comissão Preparatória da 2ª Conferência da Cidade do Natal solicitou aos órgãos públicos, que trabalham diretamente com os temas abordados na 1ª Conferência, um documento contendo os resultados das deliberações encaminhadas, que foram analisados pela referida Comissão, e constam do Anexo 01 deste relatório.

Em síntese, constatou-se que, no tema Habitação (GRUPO 1), dentre as dezoito (18) resoluções aprovadas na Conferência, cinco (5) não foram contempladas em políticas públicas locais, conforme descrito a seguir: 1). *Política de fixação do homem/mulher no campo:- Necessidade de uma articulação política do homem do campo*; 2. *Criação de uma comissão composta por entidades públicas e sociedade civil organizada, para reavaliar os critérios de benefícios fiscais as cooperativas de crédito e de moradias de baixa renda, com um enfoque de efetivamente poder garantir o benefício para a parte da sociedade que necessita desse benefício*; 3. *Revisão do cadastro imobiliário, com utilização da numeração métrica*; 4. *Criação de um sistema único de cadastramento e acompanhamento das famílias beneficiadas em Programas de Habitação Popular, nos três níveis de governo*; 5. *Informar e divulgar, através dos meios de comunicação, as atribuições, ações e reuniões dos Conselhos: Conselho Municipal de Planejamento-COMPLAN, Conselho de Habitação-CONHABIN e o Conselho Municipal de Saneamento Básico-CONSAB*;

Quanto ao tema Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana (GRUPO 2), dentre as trinta e cinco resoluções aprovadas na Conferência, apenas uma (1) não foi tratada no âmbito das políticas públicas locais, ou seja: *Desenvolver ações efetivas para pavimentação asfáltica prioritariamente em vias para circulação de ônibus e que não seja em toda largura da via, deixando nas que tenham condições somente a faixa de rolamento, proporcionando um menor impacto ambiental na cidade*;

O tema Saneamento Ambiental (GRUPO 3) teve 28 resoluções aprovadas na Conferência e, dentre elas, apenas quatro (4) não foram contempladas em Políticas Públicas locais, tais como: 1) *Utilização de 10% dos recursos destinados à publicidade oficial para programas de Educação e Pesquisa na área ambiental, enfocando o reaproveitamento das águas e resíduos sólidos*; 2) *Levantar a possibilidade de utilização de parte do percentual dos royalties na área do saneamento ambiental*; 3) *Orientar para que se crie uma política de recolhimento de lâmpadas fluorescentes (mercúrio), com fins de reciclagem*; 4) *Regulamentar em Lei Ordinária, as Áreas de Preservação Ambiental: b) Criação de um fundo para instalação e manutenção e monitoramento ZPA*.

Dentre as oitenta e uma (81) resoluções aprovadas na Conferência, setenta e uma (71) foram tratadas de alguma forma nas políticas de Habitação, Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana e Saneamento Ambiental. Apenas dez não foram encaminhadas em nenhum nível. Concluindo, avalia-se que o resultado geral da 1ª Conferência da Cidade do Natal foi positivo, com alcance significativo em termos de construção coletiva da política urbana do município de Natal.

## **RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DAS TEMÁTICAS DA 2ª CONFERÊNCIA**

### **PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

***Profª. Dra. Brasília Carlos Ferreira - UFRN***

A cidadania é o conjunto de direitos que permite às pessoas participarem da vida e do governo de seu povo. Sem cidadania as pessoas são excluídas da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade.

No Brasil, nossa história de escravidão, tornou absurdamente natural a desigualdade social entre as pessoas, fazendo com que até hoje alguns sofram calados, suportando injustiças e vendo direitos como privilégios.

Portanto estamos ainda investindo na construção de nossa cidadania. Os direitos de cidadania são construídos a partir de nossa capacidade de organização, participação e intervenção social. É preciso lutar para fazer valer os direitos.

A cidadania se aprende na convivência social, através da forma como nos relacionamos com os outros e com os poderes públicos. A construção e o exercício da cidadania não terminam: sempre estaremos descobrindo e tomando consciência cada vez mais ampla de nossos direitos e deveres. Cada vez mais queremos conquistar mais cidadania.

A cidadania é o direito a ter direitos: de associação, religião, livre expressão, educação, raça, orientação sexual, igualdade de gênero, etc. Ter cidadania é se revoltar diante das desigualdades, da criança fora da escola, da criança faminta, da agressão ao meio-ambiente, da poluição sonora, da corrupção, do mau atendimento à saúde, da não participação. Através da cidadania podemos alcançar melhor qualidade de vida para todos.

A democracia é uma invenção sem limites. Não se resume ao voto e às eleições, mas também ao direito à tolerância, ao respeito à diversidade racial, à orientação sexual, qualidade de vida, justiça e igualdade social.

A democracia participativa é uma idéia contemporânea, uma tentativa de suprir os limites e insuficiências próprias da democracia representativa. Ela permite ir além do voto, através da participação plena dos cidadãos na vida política.

A premissa básica do regime democrático é que o poder não pertence apenas aos dirigentes, mas a toda a coletividade. O poder resulta da capacidade humana de agir em conjunto. O processo democrático: prevê aumento do poder de decisão da sociedade.

O Estado brasileiro será democrático na medida em que tenhamos uma população mais consciente do seu dever e do seu direito de exercício pleno da cidadania e da participação popular.

## **QUESTÃO FEDERATIVA**

***Msc. Glenda Dantas Ferreira – SEMPLA***

O tema da Questão Federativa ganhou crescente relevância com a Promulgação da Constituição de 88, em particular porque esta redefiniu significativamente as formas de articulação e interação entre os três entes federados ( União, estados e municípios), e, por conseguinte, redefiniu a distribuição territorial do poder entre os mesmos. A Constituição Federal brasileira adotou um sistema de distribuição de competências que não tolera espaços vazios de responsabilidade, de modo que não se pode deixar de atribuir, a qualquer um dos níveis de governo, a responsabilidade pela solução de qualquer matéria de interesse coletivo. O que, por sua vez, repercuti profundamente na forma de planejamento, programação, execução e controle de funções estatais e de serviços públicos de caráter urbano-regional.

Mais recentemente, o Estatuto das Cidades definiu a cooperação entre as três esferas de governo no tocante à política urbana, atribuindo à União competências para: a) legislar sobre normas gerais de direito urbanístico; b) legislar sobre normas de cooperação entre os níveis de governo em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional; c) promover de forma integrada programas de construção de moradia e a melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico.

A distribuição de competência, todavia, não é suficiente para garantir que as políticas de públicas sejam executadas eficaz e eficientemente, devido a existência de três problemas básicos referentes à essa distribuição e aos recursos necessários para tal execução: i) as competências ou atribuições de cada esfera de governo no que diz respeito a gasto-execução das políticas públicas; ii) as bases próprias de arrecadação dos diferentes níveis de governo; e iii) o montante e a forma das transferências intergovernamentais necessárias ao cumprimento das atribuições quanto ao gasto “vis-à-vis” as bases próprias de arrecadação (a qual, em um país com grandes desigualdades regionais, implica transferências entre regiões).



Na impossibilidade de se estabelecer um rígido cardápio que defina em detalhe as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios, em face das enormes disparidades sócio-econômicas regionais, a recomposição do equilíbrio federativo depende da superação dos conflitos quanto à repartição dos recursos fiscais, de modo a propiciar a acomodação progressiva a uma nova realidade, na qual as demandas por serviços públicos tende a crescer. As propostas de descentralização de municipalização dos encargos públicos na Federação brasileira, por exemplo, esbarram no desencontro entre a distribuição espacial das demandas por serviços urbanos e sociais e a correspondente distribuição das receitas públicas.

Diante desse quadro, o estabelecimento de arranjos institucionais cooperativos e coordenados emerge como uma importante estratégia para a execução de ações mais eficientes e eficazes. A coordenação é, nesse sentido, a ação de organizar tarefas, definir prioridades e formalizar a divisão estatal intergovernamental de trabalho entre os entes federativos que envolvem, essencialmente, a atribuição de alguma autoridade a um dos entes federativos.

A cooperação, por sua vez, é uma espécie de adesão voluntária das instâncias de poder a uma ação conjunta/integrada que visa fins acordados conjuntamente, o que obviamente envolve algum tipo de divisão estatal intergovernamental de trabalho previamente estabelecida. No mais das vezes, quando as instâncias atuam de forma cooperativa elas acabam encontrando soluções para problemas que, pelo menos em princípio, não poderiam ser solucionados se cada governo atuasse por conta própria, individualmente. Enfim, a orientação cooperativa normalmente aponta para a resolução pactuada de uma problemática referente a dois ou mais entes federados – e neste caso atende aos imperativos de discursividade e participação que legitimam projetos comuns. A cooperação também atende a imperativos de eficiência em todas as situações em que os entes territoriais administram concretos interesses e competências e resolvam fazê-lo pactuadamente através da prestação conjunta de serviços. Nosso entendimento de *cooperação* aponta para um modelo de planejamento e gestão das políticas públicas fundado no caráter democrático e participativo do Estado, e que incorpora esforços de pactuação entre os distintos interesses das várias esferas de poder, tendo como resultado decisões discursivamente validadas.

Cabe considerar, ainda, que a existência de arranjos cooperativos permitem que haja o aumento da capacidade de realização de ações comuns a mais de um ente federado; uma maior eficiência no uso dos recursos públicos; a realização de ações inacessíveis a um único ente; o aumento do poder de diálogo, pressão e negociação dos municípios; e o aumento da transparência das decisões públicas.

Em síntese, arranjos coordenados e cooperativos são um importante (e indispensável) instrumento de gestão pública que contribui para a execução de ações comuns a mais de um ente federado. Ademais, tais arranjos servem para definir competências e atribuições dos diversos níveis de governo, o que pode permitir maior eficiência e eficácia na resolução de problemas comuns, bem como o fortalecimento do pacto federativo.

## **POLÍTICA URBANA REGIONAL E REGIÕES METROPOLITANAS**

***Profa. Dra. Maria Livramento Miranda Clementino – UFRN***

### **Contextualização da Região Metropolitana de Natal**

- Aglomeração Urbana Metropolizada
- 01 Pólo fortemente concentrador: Natal
- 07 Municípios vinculados ao Pólo

### **Características da Região Metropolitana de Natal**

- Dinâmica Demográfica: grandes desequilíbrios
- Grande Fragilidade Ambiental
- Dinâmica Sócio-Habitacional: grande pressão pela ocupação no entorno do pólo
- Conurbação pela orla marítima
- Vulnerabilidade social
- Grandes Diferenças no Grau de Integração dos Municípios da Área Metropolitana

### **Município e Grau de Integração**

Conurbação: Natal – Parnamirim

Transbordamento : Natal – Macaíba;

Natal – São Gonçalo;

Natal – Extremoz;

Parnamirim – Macaíba;

São José do Mipibú – Ceará-Mirim.

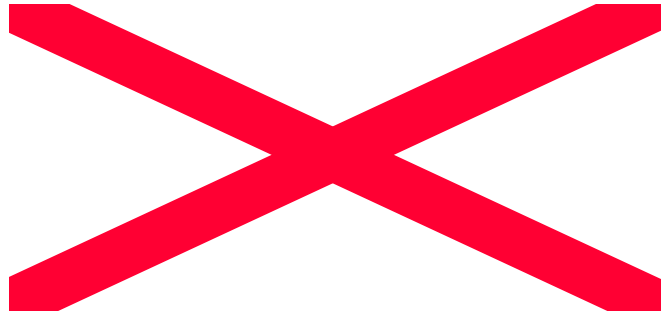
Obs. São José do Mipibú e Ceará-Mirim apresentam uma vinculação funcional, mais que físico-territorial.

---

## **Região Metropolitana de Natal**

### **Taxa de Crescimento da População entre 1991 e 2000**

---



---

das relações existentes entre tais localidades e a sede do município.

Ocorre um transbordamento de atividades historicamente concentradas na sede metropolitana, para municípios vizinhos contíguas à sede metropolitana como Parnamirim e São Gonçalo (em diferentes intensidades) motivada, primordialmente, por novas relações do mercado imobiliário, especificidades da legislação, diminuição populacional do centro de Natal e crescimento das atividades econômicas em bairros periféricos. Neste caso, o turismo é uma variável a ser considerada, mas não é a mais preponderante.

Em outra direção, localidades costeiras da RM, apresentam uma tendência de diferenciação dos núcleos municipais, através do acirramento da desigualdade intrametropolitana e complementaridade das atividades da sede metropolitana a partir dos seguintes processos.

#### **A Metrópole e a Questão Social**

Segregação Residencial e Desigualdades

Segregação Residencial = Desigualdades - Bem-Estar Social

- Renda Urbana
- Oportunidades

Desigualdades de Oportunidades - Auto -isolamento

- Isolamento Compulsório

Segregação = Desigualdades de Oportunidades - Mercado de Trabalho

- Acessibilidade
- Comunidade/Família

#### **Propostas a uma Política Urbana e Metropolitana**

- Universalização do Direito à Cidade

- Políticas Redistributivas
- Regulação do Uso do Território
- Articulação Territorial das Políticas
- Planos Metropolitanos

## **FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS URBANAS NOS ÂMBITOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**

***Albert Josuá Neto – Gerente de Desenvolvimento Urbano – Caixa Econômica Federal).***

Segundo dados da revista VOCÊ SA, Natal está em 21 lugar no ranking das 100 melhores cidades do País para se trabalhar; é a 4ª do Nordeste. Nós, natalenses, somos orgulhosos de suas belezas naturais, de suas praias, do seu povo ordeiro e gentil e até da “melhor atmosfera da América do Sul”.

No entanto, Natal apresenta problemas semelhantes às demais Cidades de mesmo porte: grandes déficits habitacionais; ausência de regularização fundiária; precariedade ou inexistência de infra-estrutura básica e saneamento ambiental; deficiência de transportes coletivos; ocupação inadequada em áreas de preservação de mananciais, encostas e várzeas; e violência.

Dicotomicamente, Natal possui mais de 22 mil domicílios vagos na área urbana, enquanto 24,8 mil famílias não têm casa para morar; são 177 mil domicílios em condições inadequadas de infra-estrutura, seja por carência de energia elétrica, abastecimento d’água, ou mesmo pela ausência de coleta e tratamento de esgotos, já que apenas 33% de seus dejetos são coletados, sendo quase totalmente jogados no rio Potengi sem qualquer tratamento.

Natal já foi uma Cidade quase 100% saneada antes da década de 50 – quando iniciou no Brasil o processo de substituição de importações, gerando, gradativamente, o inchaço populacional das cidades – e seu crescimento tinha por base um plano desenvolvido na década de 20 quando, a partir dos bairros Ribeira e Cidade Alta, a cidade cresceu no sentido de Petrópolis, Tirol, Alecrim e Lagoa Nova, bairros dotados de grandes e largas avenidas. O êxodo rural e as consequências advindas da enorme demanda por investimentos públicos, até então ausentes, fizeram de Natal, uma cidade bonita, porém cheia de problemas que se refletem numa grande desigualdade social; ao mesmo tempo em que temos excelente áreas para moradia, temos, também, 72 favelas, coincidentemente ou não, pouco conhecidas.

Os problemas relacionados à habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana foram discutidos durante o processo da 1ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em outubro de 2003, onde foi produzido um documento denominado RESOLUÇÕES, em que foram estabelecidas algumas diretrizes para combater os problemas relatados, que são características de grandes cidades e, principalmente, de quase todas as Capitais brasileiras.

A partir desse contato com a realidade brasileira, sob a ótica dos próprios municípios, foram implementadas adequações aos programas ministeriais já existentes, tais como o Programa de Habitação de Interesse Social – PSH e o de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, além de criar a Operação Coletiva com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Crédito Solidário, através de Cooperativas. Os quatro programas, com ações de curto prazo, visam melhor atender à camada mais carente da população brasileira, de renda familiar até 3 salários mínimos, onde se situa mais de 90% do déficit habitacional do País. Igualmente, o Programa de Arrendamento Residencial - PAR tem os seus recursos aplicados com prioridade para famílias de renda até 4 SM, quando antes as contratações destinavam-se, basicamente, à faixa de 6 Salários Mínimos. Para este segmento, em 2005, foi aprovado o maior orçamento da história: São mais de 10 bilhões de reais a serem aplicados até o final do ano.

No período de 2003/2004, foram investidos em habitação 10,7 bilhões de reais, sendo 137 milhões em nosso Estado. A Caixa Econômica Federal é responsável por, aproximadamente, 95% desse montante. Referentemente às aplicações em saneamento, dos 5,7 bilhões em nível nacional, o RN aplicou 191 milhões. São mais de 500.000 pessoas diretamente beneficiadas pelas obras decorrentes.

O Programa de Modernização Social em Saneamento possui estudo que prevê investimentos da ordem de US\$ 47,7 bilhões por um período de 10 anos como necessários para universalizar a cobertura dos serviços de água, esgoto e lixo.

Além dessas ações emergenciais, estão sendo implementadas campanhas que trarão grandes benefícios para a população: A elaboração dos Planos Diretores Participativos; O Marco Regulatório do Saneamento; e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Analisando os indicadores respectivos, percebe-se que os problemas abordados são de difícil solução. Os recursos não-onerosos (Orçamento Geral da União, por exemplo) são escassos, frente às demandas existentes; Os destinados a empréstimos (FGTS, BNDES, Bird, BID) esbarram, invariavelmente, no tamanho do endividamento público, além da falta de capacidade de pagamento da grande maioria dos municípios brasileiros. É preciso soluções diferenciadas; que os municípios conjuguem esforços no sentido de proporcionar aos municípios uma melhor qualidade de vida. A Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, cria os consórcios públicos como Ente Federativo e permite grandes passos nesse sentido.

É preciso mudança de atitudes, criatividade e perseverança para possibilitar a redução do hiato entre a Cidade dos nossos sonhos e aquela em que moramos.

## DISCUSSÕES REALIZADAS NOS GRUPOS TEMÁTICOS

Estas discussões tiveram o intuito de subsidiar a formulação das propostas de ações a serem encaminhadas à 2ª Conferência Estadual das Cidades e partiram de quatro temáticas fundamentais: participação e controle social; questão federativa; política urbana regional e metropolitana, financiamento das políticas urbanas.

### **GRUPO 1**

#### **PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

**Palestrante:** Haroldo Gomes (SEMPA)

**Relator:** Wellington Bernardo

**Coordenador:** Carlos Teodósio (AACC/Agenda 21)

#### **Propostas:**

*1. Para garantir que as decisões aprovadas nas Conferências sejam respeitadas, independentemente de governos, que sejam constituídos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, como principal canal de comunicação e democratização da Política Nacional de desenvolvimento, conformando um sistema de participação em torno das políticas urbanas nos municípios e no estado, garantindo a participação de todos os segmentos sociais e governamentais. E que o Conselho das Cidades seja deliberativo e aprovado na lei Orgânica dos municípios, garantindo assim o fortalecimento dos Conselhos já existentes, como também a sua estruturação de modo a favorecer uma maior participação;*

*2. Que os gestores públicos estabeleçam compromissos entre a sociedade civil e os diversos segmentos através de um processo contínuo de capacitação, educação política e socialização de informações, através de seminários, audiências públicas, fóruns e outros canais de participação, como o PPA, o Orçamento Participativo, o Plano Diretor Participativo e Agenda 21, levando em consideração em todos esses espaços abertura à participação de toda a população;*

*3. Que os gestores públicos entendam que a idéia de participação e controle social enquanto um processo de democracia, associando a isso,*

*democracia representativa com democracia participativa, bem como fortalecendo os movimentos sociais e as instituições frente ao contexto nacional.*

**Parecer da plenária:** todas as propostas foram aprovadas sem nenhum destaque e por unanimidade.

## **GRUPO 2**

### **QUESTÃO FEDERATIVA**

**Palestrante:** Glenda Dantas Ferreira (SEMPLA)

O grupo responsável pelo debate sobre Questão Federativa, em decisão consensual, deliberou por não realizar a discussão sobre as questões propostas e afins, devido ao baixo quorum e pouca representatividade dos segmentos. Considerou-se isso uma lacuna grave para o resultado final da 2ª Conferência da Cidade do Natal. Deixou como sugestão à Comissão Preparatória para as próximas Conferências, que limite o número de inscrições nos grupos temáticos, de forma a evitar o esvaziamento ou super lotação dos mesmos, com conseqüente prejuízo ao resultado final da Conferência.

Como alternativa de preenchimento a esta lacuna, a Profa. Dulce Bentes (UFRN) propôs que a relatora do Grupo 3, onde se discutiu Política Urbana Regional e Metropolitana, apresentasse uma proposta discutida neste grupo, mas referente ao Grupo 2, Questão Federativa. A proposição da Profa. Dulce Bentes foi posta em votação e aprovada por unanimidade.

#### **Proposta:**

*1. Elaborar um Plano Metropolitano de Saúde, de forma participativa, que possibilite a pactuação integrada, compensação de recursos e que subsidie o Plano Diretor de Regionalização.*

**Parecer da plenária:** proposta aprovada por maioria, com um voto contrário e nenhuma abstenção.

## **GRUPO 3**

### **POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA**

**Palestrante:** Profas. Maria do Livramento M. Clementino e Dulce Bentes

**Relatora:** Adília Diniz

**Coordenadores:** Urbano Medeiros e Luciana Melo

**Questão 1:** Quais são as prioridades para distribuição de investimentos no território, considerando a diversidade e as desigualdades regionais?

Depois das discussões, o grupo concluiu que não há um planejamento sistematizado para distribuição dos investimentos, que a demanda e a disponibilidade de recursos é o que define a prioridade. Aprofundando mais a discussão verificou-se que ultimamente os grandes investimentos têm sido mais

voltados para a área de transportes e sistema viário. As prioridades poderiam ser saneamento, moradia com infra-estrutura básica, saúde e educação, seguidas de projetos voltados à cultura, esporte e lazer, com a finalidade da melhoria da qualidade de vida.

**Questão 2:** Quais as ações prioritárias para investimentos nas cidades, considerando o seu perfil demográfico, econômico e social e sua relação com o desenvolvimento regional e nacional?

A partir do debate sobre a questão sugerida, o grupo sistematizou as opiniões da seguinte forma:

**Propostas:**

1. *Estabelecimento de consórcios entre os municípios da Região Metropolitana de Natal, Estado e União, no sentido de elaborar e implementar sistemas integrados de saneamento ambiental, pavimentação e transporte coletivo, priorizando as áreas menos assistidas;*

2. *Elaboração de Pacto Político-Social entre os municípios da Região Metropolitana de Natal, com estruturação dos órgãos municipais responsáveis pela política de desenvolvimento urbano, bem como a criação de um Fórum permanente para discussão da gestão pública;*

3. *Elaboração de uma Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com ênfase a melhoria da qualidade de vida, incrementando equipamentos comunitários de cultura, esporte e lazer, como também, criando áreas verdes e de conservação e fazendo previsão da manutenção.*

Durante o debate foram feitas algumas intervenções sistematizadas que, vale salientar, vão além das três propostas necessárias para serem encaminhadas à Conferência Estadual das Cidades. Foram feitas também algumas intervenções que dizem respeito às necessidades locais, motivo pelo qual optou-se por registrá-las para encaminhamento junto à administração pública (municipal, estadual e federal):

- Que haja articulação entre os Planos Diretores da Região Metropolitana de Natal e redefinição e regulamentação das áreas verdes;

- Que seja elaborado um Projeto de Transporte Ferroviário de Passageiros Integrado para a Região Metropolitana de Natal;

- Que sejam revistas as regras de regularização fundiária considerando a realidade sócio-econômica da área;

- Sistema penitenciário articulado;

- Área de lazer para Mãe Luíza;

- Trem urbano;

- Criação de câmaras de compensação necessária ao preciso rateio dos recursos na saúde, visto que a cidade do Natal atende de forma substancial aos moradores das cidades da região metropolitana;

- Energia Eólica;

- Tratamento de esgoto;

- Duplicação da RN 226.



**Parecer da plenária:** Profa. Justina Iva de Araújo Silva, Secretária Municipal de Educação de Natal, pediu destaque para sublinhar que a Conferência das Cidades precisa dar ênfase à luta pela distribuição dos recursos públicos a partir de caráter técnico e não político. Destacou ainda que sentiu falta da questão educacional nas propostas do grupo. Propuseram, então, que a observação da professora fosse contemplada no relatório da Conferência, para que se registre a importância de se colocar na pauta dos debates e discussões a questão da distribuição de recursos e da educação no município. A proposição da Profa. Justina Iva de Araújo Silva foi:

- Que a distribuição de investimentos no território considere aspectos técnicos e as reais necessidades regionais, pautadas as decisões, ainda, no princípio e no compromisso de redução das desigualdades;
- Que conste na relação das ações prioritárias o investimento na área educacional, considerando os planos decenais de educação, sem o que não haverá desenvolvimento urbano.

Foram, então, colocadas em votação as propostas da Profa. Justina Iva de Araújo Silva e aprovada com apenas um voto contrário e nenhuma abstenção.

A Sra. Aparecida França, Secretária Municipal de Saúde de Natal, sugeriu a incorporação da discussão sobre a distribuição dos recursos como proposta ao Grupo 2 Questão Federativa. A proposta foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Assim, durante a Conferência da Cidade do Natal, deliberou-se, em plenária, que as discussões referentes à distribuição de recursos dizem respeito à temática da Questão Federativa.

A plenária aprovou por unanimidade o relatório do Grupo 3 Política Urbana Regional e Metropolitana, bem como as propostas que serão encaminhadas à Conferência Estadual das Cidades.

## **GRUPO 4**

### **FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS URBANAS**

**Palestrante:** Albert Josué Neto (Caixa Econômica Federal)

**Relatora:** Rita Samuel Bezerra

**Coordenadores:** Jefferson e Conceição

#### **Propostas Iniciais:**

1. *Criação do Fundo (nacional, estadual e municipal) de Desenvolvimento Urbano através da captação de recursos oriundos do superávit primário, taxa de grandes fortunas, royalties, ICMS, dívida do município e recursos próprios;*
2. *Habitação com saneamento e transporte urbano (infra-estrutura);*
3. *Organização e mobilização da sociedade civil organizada por meio de suas representações legais para articular, acompanhar, controlar e fiscalizar as ações dos três entes federados.*

**Parecer da plenária:** Foi pedido destaque para alteração da primeira proposta. Esta seria substituída por: *Criação do Fundo (nacional, estadual e municipal) de Desenvolvimento Urbano através da captação de recursos oriundos do superávit primário, royalties, tributos das grandes fortunas, conversão da dívida dos municípios com a União, da outorga onerosa e receitas decorrentes de licenciamentos e multas urbanísticas.* A plenária entendeu que esta proposta está mais adequada à efetivação deste Fundo. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

No que tange à segunda proposta, foi pedido destaque também para alteração. A proposta ficaria: *Priorizar no planejamento urbano ações de habitação de interesse social, com saneamento ambiental e transporte urbano.* Submetida à votação, a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

A terceira proposta foi aprovada com duas abstenções.

**Propostas:**

1. *Criação do Fundo (nacional, estadual e municipal) de Desenvolvimento Urbano através da captação de recursos oriundos do superávit primário, royalties, tributos das grandes fortunas, conversão da dívida dos municípios com a União, da outorga onerosa e receitas decorrentes de licenciamentos e multas urbanísticas;*

2. *Priorizar no planejamento urbano ações de habitação de interesse social, com saneamento ambiental e transporte urbano;*

3. *Organização e mobilização da sociedade civil organizada por meio de suas representações legais para articular, acompanhar, controlar e fiscalizar as ações dos três entes federados.*

## **MOÇÕES**

### **MOÇÃO 01**

#### **AO EXMO.SR. PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL**

A Central de Movimentos Populares vem apresentar à 2ª Conferência da Cidade do Natal, uma moção de solidariedade e apoio 'as famílias desabrigadas da Comunidade Jardim Primavera e Vale Dourado na Zona Norte.

Que a Prefeitura tome providências imediatas para essa calamidade de abandono.

***Central de Movimentos Populares***

### **MOÇÃO 02**

#### **À CÂMARA DE VEREADORES DO NATAL**

Os Delegados presentes à 2ª Conferência da Cidade do Natal repudiam os vereadores indicados para referida conferência que não estiveram presentes ao evento. Com exceção dos vereadores Hermano Moraes e Fernando Lucena.

***Delegados da 2ª Conferência da Cidade do Natal***

### **MOÇÃO 03**

#### **À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Os diversos segmentos sociais reunidos na 2ª Conferência da Cidade do Natal (21 a 23 de julho de 2005) manifestam indignação com a saída do Ministro Olívio Dutra do Ministério das Cidades e expressam o profundo reconhecimento ao seu trabalho e de toda sua equipe técnica a frente deste Ministério, desde 2003. Ressaltando a sua seriedade profissional e o elevado compromisso político com a construção coletiva das políticas urbanas estratégicas para as nossas cidades. Preocupados, ainda, com a continuidade das políticas que vinham sendo formuladas e implementadas pelo Ministério das Cidades, defendem e reivindicam a continuidade das seguintes políticas e ações:

- Manutenção do processo de realização da Conferência Nacional das Cidades marcada para o final de novembro e início de dezembro e continuidade de apoio aos processos das conferências municipais e estaduais da cidade;
- A manutenção e continuidade dos comitês técnicos e grupos de trabalho do Conselho Nacional da Cidade, como o do grupo para tratar dos despejos forçados;

- Manutenção e fortalecimento da campanha nacional dos Planos Diretores participativos e continuidade de apoio às ações e atividades já planejadas pelos comitês estaduais da campanha;

- A regulamentação da lei n 11.124/2005 ( oriunda da iniciativa popular do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o repasse de recursos no segundo semestre para o fundo;

- A manutenção e implementação das políticas das áreas de Saneamento Ambiental e Mobilidade Urbana e Transporte.

Delegados da 2ª Conferência da Cidade do Natal e Núcleo Estadual do Plano Diretor Participativo.

## **ANEXOS**

***ANEXO 01 - Balanço da 1ª Conferência da Cidade do Natal/2003.***

***ANEXO 02 - Regimento da 2ª Conferência da Cidade do Natal***

**ANEXO 01**

**BALANÇO DA 1ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

### **GRUPO 1 - HABITAÇÃO**

<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
<p>1. Criação do Conselho Municipal das Cidades, que seja paritário, e com poder deliberativo, eleito na Conferência, com uma visão integrada, cuja função seja definida em regimento;</p>	<p>1.1. Está prevista, tanto na Revisão do Plano Diretor quanto na Política de Habitação de Interesse Social, a reestruturação do planejamento, com a criação do Conselho da Cidade, que irá constar com conselhos específicos: Conselho de Habitação, de Saneamento Básico, de Transportes Urbanos e CONPLAM;</p>	SEMURB
<p>2. Recursos para habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver de forma dinâmica a Política Habitacional, com caráter preventivo, protegendo o patrimônio ambiental e instituindo uma campanha de educação para habitação;</li> <li>- Priorizar recursos destinados à construção de moradia, a regularização fundiária e urbanização de favelas;</li> <li>- Dentro da reforma fiscal definir recursos para habitação;</li> </ul>	<p>2.1. Foram alocados recursos na monta de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a urbanização da favela da África, no bairro da Redinha. Tendo sido enviados à Brasília, Planos de Trabalho para obtenção de recursos para a urbanização de mais três comunidades de assentamentos subnormais (favelas do Planalto, do Fio e do Alemão);</p> <p>2.2. Ações que estão sendo desenvolvidas dentro da elaboração da Política Habitacional (em execução pela SEMTAS/FUNPEC). Em termos de fundos, já existe no Plano Diretor, fundos específicos para habitação de interesse social e urbanização;</p>	SEMTAS  SEMURB
<p>3. Projeto de lei 2710/92:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação do projeto de lei nº 2710/92 de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Moradia e interesse popular;</li> </ul>	<p>3.1. Está em tramitação a Lei de criação de uma AEIS na comunidade da África;</p> <p>3.2. Aprovado no Senado Federal em 24 de junho de 2005;</p>	SEMTAS  SEMURB

<p>4. Política de fixação do homem/mulher no campo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de uma articulação política do homem do campo;</li> </ul>		
<p>5. Regularização fundiária:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir prioridades para os processos de regularização fundiária;</li> </ul>	<p>5.1. Processo de regularização fundiária da comunidade do Passo da Pátria (920 habitações), da África (1.156 habitações) e no Jardim Progresso (200 habitações);</p> <p>5.2. Decreto municipal instituiu em 2004 grupo de pesquisa sobre regularização fundiária. Nesse sentido, espera-se no momento a conclusão do Cadastramento da SEMTAS, elaboração da Política Habitacional e a Revisão do Plano Diretor, para dar prosseguimento às atividades. Além disso, a Prefeitura vem trabalhando no Passo da Pátria, Jardim Progresso e África, no sentido de regularizar e urbanizar os assentamentos;</p>	<p>SEMTAS</p> <p>SEMURB</p>
<p>6. Política de Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar um Programa Habitacional de Baixa Renda, priorizando as áreas regularizáveis com a criação de um organismo público, ainda que temporário, para viabilizar a formação e manutenção de uma equipe técnica-jurídica, que dê apoio as Associações Comunitárias, aos Agentes Financeiros e Empresas Construtoras;</li> <li>- Vincular a Política de Habitação às Políticas de Emprego e Renda;</li> </ul>	<p>6.1 Está sendo desenvolvido pela FUNPEC (Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura) o planejamento sistematizado de uma Política Habitacional para o município do Natal;</p>	<p>SEMTAS e SEMURB</p>
<p>7. Mãe Luiza (áreas de risco e legalização restritiva):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Priorizar as áreas de risco nas ações de</li> </ul>	<p>7.1. Foi feito o mapeamento de todas as áreas de riscos em Mãe Luiza e enviado ao Ministério das Cidades, Plano de Trabalho para a alocação de recursos, visando a</p>	<p>SEMTAS</p>

planejamento, regulamentação e intervenção urbana, em áreas de habitação social;	requalificação urbano-ambiental necessária;	SEMURB
	<p>7.2. Levantamento de áreas verdes/Plano de arborização e inventário das Áreas Risco iniciado: Áreas Verdes / Plano de Arborização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2004, foi realizado um levantamento pela equipe do setor de Planejamento da SEMURB, o qual identificou 121 áreas verdes e 172 praças. Foram observadas também as condições dessas áreas;</li> <li>- Atualmente o Plano de Arborização da cidade do Natal, encontra-se na fase de realização do inventário florístico das praças e áreas verdes públicas. As informações levantadas neste inventário fornecerão subsídios para a definição de metas e diretrizes para a arborização, estabelecimento de previsão orçamentária, assim como possibilitará a obtenção de um diagnóstico atual do estado ecofisiológico da arborização urbana em geral.</li> <li>- Execução do Projeto Plantando o Futuro, o qual visa a implementação e monitoramento da arborização nas escolas da rede municipal de ensino;</li> </ul> <p>7.3. Área de Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de uma Comissão, em 2003, formada pela SEMURB, SEMSUR, SEMTAS e SEMOV, que identificou todas as áreas de riscos do município, contabilizando 67 favelas, 5 áreas de mangue, 8 áreas de encosta e 9 áreas de dunas;</li> <li>- Foram construídos, pela SEMOV, alguns muros de arrimo na área de Mãe Luiza, visando à proteção de habitações na área de encosta;</li> <li>- Foi construído, também em Mãe Luiza, com financiamento do Governo Municipal, o Condomínio Brisa do Mar com 62 unidades habitacionais;</li> <li>- O IDEMA, em parceria com a SEMTAS, realizou um levantamento das invasões na ZPA do Parque das</li> </ul>	



	Dunas que abrange a área de Mãe Luiza;	
<p>8. Combate à especulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar os entraves existentes para a implementação dos instrumentos contidos no Plano Diretor de Natal (ex.: IPTU Progressivo, transferência de potencial construtivo);</li> </ul>	<p>8.1. Presente na Revisão do Plano Diretor;</p>	SEMURB
<p>9. Falta de áreas públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivo controle e fiscalização das áreas públicas, de risco, de preservação e de equipamentos comunitários;</li> <li>- Política de incentivo federal às Gerências Regionais do Patrimônio da União (GPPU), no sentido de estrutura-las para gerir os processos de regularização fundiária em áreas públicas para fins de moradia;</li> <li>- Redirecionar os financiamentos no sentido de atender as demandas de infraestrutura de saneamento e construção de moradia;</li> </ul>	<p>9.1. Levantamento topográfico para identificação das áreas públicas;</p> <p>9.2. Decreto proibindo a doação das áreas públicas.</p>	SEMURB
<p>10. Regulamentação das Zonas de Proteção Ambiental (ZPA's) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEI's);</p>	<p>10.1. Sobre a regulamentação da ZEIs da Comunidade da África, a AJUR da SEMURB, elaborou uma proposta de lei que, após analisada pelo COMPLAM, dependia de um projeto urbanístico da área para ser encaminhada à Câmara Municipal de Natal. Para suprir essa demanda será utilizado o projeto elaborado pela VBA consultoria;</p> <p>10.2. Foi regulamentada em 2004 a ZPAs, as outra estão em fase de estudo;</p>	SEMURB

11. Criação de uma comissão composta por entidades públicas e sociedade civil organizada, para reavaliar os critérios de benefícios fiscais as cooperativas de crédito e de moradias de baixa renda, com um enfoque de efetivamente poder garantir o benefício para a parte da sociedade que necessita desse benefício;		
12. Criação de uma política que viabilize a recuperação e utilização dos imóveis desocupados para fins habitacionais;	12.1. Programa REHABITAR, Perímetro de Reabilitação Integrada e finalização do processo de desapropriação do Hotel Central na Ribeira (para fins habitacionais) em andamento;	SEMURB
13. Revisão do cadastro imobiliário, com utilização da numeração métrica;		
14. Criação de um sistema único de cadastramento e acompanhamento das famílias beneficiadas em Programas de Habitação Popular, nos três níveis de governo;		
15. Efetivação de concurso público para o setor de fiscalização da SEMURB;	15.1. Realizado em julho de 2004 e os aprovados já convocados.	SEMURB
16. Firmar convênios com os Conselhos Comunitários para a formação de agentes comunitários de educação ambiental voluntários, e criar programas de erradicação do uso e ocupação do solo em áreas de risco e preservação ambiental;	16.1. Criação do Núcleo Municipal de Educação Ambiental, composto por uma equipe multidisciplinar que engloba as seguintes Secretarias Municipais: SME, SEMTAS, SEMSUR, SMS, SECTUR, SEL, ARSBAN, URBANA, STTU, SMDC, FUNCART e GUARDA MUNICIPAL;	SEMURB

	<p>16.2. Execução de ações de Educação Ambiental nas Escolas da rede Municipal de ensino, através dos Projetos Aprendendo a Preservar e Plantando o Futuro;</p> <p>16.3. Coordenação de eventos sócio-educativos, em datas comemorativas, relacionados ao Meio Ambiente, como a Semana da árvore e Semana do meio ambiente;</p>	
<p>17. Informar e divulgar, através dos meios de comunicação, as atribuições, ações e reuniões dos Conselhos: Conselho Municipal de Planejamento-COMPLAN, Conselho de Habitação-CONHABIN e o Conselho Municipal de Saneamento Básico-CONSAB;</p>	<p>17.1. Não há um projeto organizado e oficializado, mas há um incentivo da SEMURB à prática do reuso quando sugere aos proprietários de imóveis que recirculem as águas das piscinas como forma de: economizar água, diminuir a entrada de fluentes para a rede de esgotamento. Consta também uma equipe da SEMURB, que fez uma análise do Plano Diretor de Esgotamento de Natal e emitiu parecer favorável às alternativas de tratamento que permitissem o recuo dos afluentes domésticos;</p>	SEMURB
<p>18. Estabelecimento de uma campanha de incentivo para a implantação de sistemas de reuso da água em empreendimentos imobiliários.</p>		

## **GRUPO 2 - TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA**

<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
<p>1. Democratizar o uso do transporte coletivo de massa;</p>	<p>1.1. Início da operacionalização do sistema integrado de transporte com o funcionamento de 02 (dois) terminais de integração:</p>	STTU

	<p>Ribeira e Soledade I;</p> <p>1.2. Implantação da I etapa do Projeto de Estações de Transferência, o qual já funciona com 02 (duas) unidades. Este projeto consiste, sem a necessidade de pagar outra tarifa. A próxima fase, com processo de licitação em tramitação, contemplará a instalação de mais 08 (oito) unidades, distribuídas de forma a integrar mais de 95% da cidade do Natal;</p>	
<p>2. Incrementar investimentos no transporte urbano e metropolitano sobre trilhos contemplando novas alternativas energéticas, com o fortalecimento da CBTU;</p>	<p>2.1. O órgão gestor pensa em utilizar o trem como aliado no transporte de massa na Região Metropolitana de Natal, mas ainda não houve acertos de caráter operacionais;</p>	STTU
<p>3. Fazer cumprir a lei em relação ao transporte alternativo;</p>	<p>3.1. O município de Natal não possui transporte alternativo e sim o transporte opcional regulamentado. No mês de março/2004 a STTU implantou o reordenamento de linhas desse setor, no qual regulamentou 22 linhas com 177 veículos;</p>	STTU
<p>4. Fortalecer o órgão gestor (STTU);</p>	<p>4.1. Através da municipalização do trânsito e com a absorção dessa atribuição pelo órgão gestor de transporte, a STTU se fortaleceu na medida em que discerne sobre dois assuntos: trânsito e transporte. Através do novo organograma, a STTU otimizou suas atribuições com a criação do Setor de Gratuidade – que exerce todo o controle no número de pessoas com direito à gratuidade,</p>	STTU

	fazendo o cadastramento e exames de saúde. Foi criado, também, o Setor do Estudante, que cadastra as entidades municipais emitentes de carteiras de estudantes;	
5. Melhoria na sinalização do trânsito;	5.1. A STTU implantou o sistema de controle semafórico central em 10 (dez) cruzamentos. Os números anuais de trabalhos executados à melhoria na sinalização do trânsito são: 1) Implantação de 2.000 (duas mil) placas de regulamentação; e 2) Pintura de 120.000 (cento e vinte mil) m <sup>2</sup> de sinalização horizontal;	STTU
6. Investir em campanhas educativas;	6.1. O órgão gestor, através de estudos anuais, faz proposta de renovação de frota do STPP;	STTU
7. Fazer cumprir a legislação vigente, no tocante a tempo de uso dos veículos que fazem o transporte coletivo;	7.1. O órgão gestor, através de estudos anuais, faz proposta de renovação de frota do STPP;	STTU
8. Espaços para pedestres (calçadas), punição para veículos invasores;	8.1. Foi lançado e está em pleno vigor a Operação "Passeio Livre", conforme ordem de serviço nº 003/03 (atualizada em 16 de abril de 2004), visando respeitar o espaço destinado ao pedestre, coibindo o estacionamento no passeio, sendo autuados cerca de 1.188 (mil cento e oitenta e oito) veículos, em 2004 e 1.062 (mil e sessenta e dois), de janeiro a maio de 2005;	STTU
9. Harmonizar a convivência entre os regulares e os alternativos;	9.1. No STPP-Natal toda a frota é regularizada;	STTU

10. Investimento em infraestrutura viária nos moldes do Plano Diretor de Transporte (canaletas, faixas exclusivas e abrigos);	10.1. Implantação de faixa exclusiva na Av. Cel Estevam, com aproximadamente 2 (dois) km de extensão;	STTU
11. Implantação de sistema de rede integrada, contemplando integração através de terminais com integração tarifária e operacional de todos os modos de transportes;	11.1. É o objetivo a ser alcançado através da implantação de terminais de integração e estações de transferências no STPP-Natal;	STTU
12. Pavimentação asfáltica dos itinerários de transporte público de passageiros;	12.1. No STPP-Natal a rede de transporte tem 92% de vias asfaltadas;	STTU
13. Priorizar acessibilidade e mobilidade para todos pedestres inclusive para as pessoas com deficiência e idosos;	13.1. 98% da rede de transporte atende aos desejos de viagem dos usuários. O STPP-Natal dispõe de 04 (quatro) veículos adaptados aos cadeirantes;  13.2. Vem sendo perseguido em todas as ações de fiscalização de trânsito, com o apoio da comunidade, da mídia e a partir de maio/2005, da ONG Natal Voluntários;	STTU
14. Implementar o uso de combustível alternativo e subsídio para o diesel para transporte coletivo;	14.1. No STPP-Natal a frota é toda a diesel;	STTU
15. Resgatar e reativar o conselho de usuário da STTU;	15.1. Em 2004, o conselho do usuário foi reativado;	STTU
16. Permanência do serviço de transporte operacional de passageiros;	16.1. A STTU reconhece o modo de transporte opcional como uma política pública	STTU

	correta;	
17. Que os veículos utilizados no transporte operacional tenham as características definidas na resolução 811 do CONTRAN;	17.1. A vistoria da STTU somente aprova a entrada de veículos no transporte opcional que estão adequados nas resoluções do CONTRAN;	STTU
18. Que as questões referentes ao sistema de transporte opcional sejam discutidos juntamente com categoria;	18.1. A STTU mantém um estreito relacionamento com a categoria;	STTU
19. Combate ao transporte ilegal;	19.1. A STTU através de blitzes retém os veículos desregulamentados;	STTU
20. Adoção de receitas extra-tarifárias para o financiamento do transporte público e redução da carga tributária;	20.1. Não é praticada no STPP-Natal;	STTU
21. Criação de programas de financiamento para o setor de transporte: - Financiamento para aquisição de frota, equipamentos e infraestrutura; - Eliminação das restrições existentes, permitindo ao setor público contrair empréstimo para investimento em infraestrutura de transporte;	21.1. Está se buscando financiamentos através do BNDES e Ministério das Cidades para aquisição de equipamentos urbanos e de infra-estrutura, quais sejam: estações de transferência, abrigos, terminais de integração, corredores exclusivos;	STTU
22. Avanço institucional pela aprovação de Lei Federal de Diretrizes do Transporte urbano, permitindo: - Formação de parcerias público-privado; - Garantia do retorno de investimentos; - Eliminação de conflitos	22.1. Formação de parceria público-privado: foi implantado como projeto piloto duas estações de transferência em parceria com a Empresa Santa Maria, no ano de 2005;  22.2. Garantia do retorno de investimento: o	STTU

<p>externos entre operadoras e órgãos gestores;</p> <p>- Manutenção do equilíbrio econômico – financeiro pela indicação de fontes de custeio para concessão de benefícios tarifários ;</p>	<p>retorno desse projeto é de cunho social, onde uma parcela da demanda economiza o pagamento da passagem por sentido de viagem;</p> <p>22.3. Eliminar conflitos eternos com operadores e órgão gestor: houve avanços neste sentido, no ano de 2004, quando permissionárias retiraram ações judiciais que proporcionou ganho de oferta de serviço público para a população;</p>	
<p>23. Fortalecimento e expansão do benefício do vale transporte:</p> <p>- Extensão dos benefícios aos desempregados;</p> <p>- Revogação da MP do governo que permite o pagamento do auxílio transporte em dinheiro;</p> <p>- Aumentar o tamanho físico do vale transporte atual;</p>	<p>23.1. Extensão dos benefícios aos desempregados: Não houve;</p> <p>23.2. Revogação da MP do governo que permite o pagamento do auxílio transporte em dinheiro: Não houve;</p> <p>23.3. Aumentar o tamanho físico do vale transporte atual: Não Houve;</p>	STTU
<p>24. Desenvolver uma política de estacionamento;</p>	<p>24.1. A STTU teve a intenção de implantar o estacionamento rotativo nas principais áreas comerciais mas a Câmara de Vereadores vetou o projeto;</p>	STTU
<p>25. Realizar licitações para exploração dos serviços de transporte urbano;</p>	<p>25.1. A STTU está impossibilitada para efetuar licitações nas linhas operadas por ônibus até 2010, conforme decisão judicial a favor dos atuais permissionários; para o serviço opcional há restrições com base na legislação atual;</p>	STTU



26. Intensificar o trabalho de fiscalização e de campanhas preventivas no que concerne aos poluentes emitidos pelos veículos;	26.1. Está pronta um “Ordem de Operação” visando a intensificar ação de fiscalização e combate à poluição provocada pelos veículos; logo após o programa de requalificação de pessoal, já em andamento deverá ser desencadeado esse trabalho de forma sistemática;	STTU
27. Assegurar os espaços públicos (calçadas) para os pedestres, punindo todas as formas de privatização desses espaços;	27.1. Estamos coibindo o estacionamento no passeio, sendo autuados, conforme já foi descrito no item 08;	STTU
28. Padronizar a comunicação visual dos pontos de parada, informando linhas, horários e telefones das empresas de serviços de transporte;	28.1. A STTU implantou 80 novos abrigos com designe diferenciado, contemplando todos os bairros da cidade; constam em processo de licitação 25 unidades a serem fixadas ainda este ano e mais recuperação de 35 unidades;	STTU
29. Fazer cumprir a Lei que limita o número de passageiros em pé (15), e sentados (38);	Devido às várias tecnologias de transporte aplicada no STPP-Natal esta norma não é praticada;	STTU
30. Fazer cumprir a Legislação vigente, vetando o uso de veículos em mau estado de conservação;	30.1. A fiscalização da STTU executa vistorias periódicas, variando com a idade dos veículos, vetando sua utilização àqueles que não estejam em adequação aos aspectos de segurança e estado de conservação;	STTU
31. Elaborar mais licitações para novas linhas de ônibus que possibilitem atingir pontos extremos da cidade;	31.1. Encontra-se em fase de elaboração de edital de licitação para novas linhas do STPP-Natal;	STTU

32. Desenvolver ações efetivas para pavimentação asfáltica prioritariamente em vias para circulação de ônibus e que não seja em toda largura da via, deixando nas que tenham condições somente a faixa de rolamento, proporcionando um menor impacto ambiental na cidade;	32.1. Não houve	STTU
33. Estabelecer um plano obrigatório de transporte para os conjuntos habitacionais a serem criados, estabelecendo itinerário;	33.1. É prática da STTU analisar e implantar, quando possível, planos de transporte para novos conjuntos habitacionais;	STTU
34. Barateamento das tarifas para inclusão social das camadas mais carentes. Reduzir o preço do diesel ( não acompanhar o preço da gasolina e álcool);	34.1. Congelou a tarifa nos últimos 02 anos. No aumento de 2005, na se levou em consideração o aumento dos insumos, e sim, a médio do INPC do período, por este índice está mais próximo da realidade do poder aquisitivo do cidadão;	STTU
35. Fiscalizar e punir a utilização indevida das vias públicas para pedestres.	35.1. A fiscalização de trânsito do Município tem se empenhado no sentido de garantir o espaço que por lei, é destinada ao pedestre e vem alcançando resultado bastante significativo, e não avançou mais por deficiência de meios para se efetivar as medidas administrativas prescritas (guincho/reboque).	STTU

### **GRUPO 3 – SANEAMENTO AMBIENTAL**

RESOLUÇÃO	AÇÃO	ÓRGÃO
-----------	------	-------

		<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Orientar que se inclua nas competências das secretarias municipal e estadual de saúde e da ANVISA, a vigilância sanitária ambiental;	1.1. Como consequência das recomendações da I Conferência da Cidade do Natal, a Secretaria Municipal de Saúde incluiu na sua estrutura o Setor de Vigilância Ambiental que atua juntamente com o Setor de Vigilância Sanitária;	ARSBAN
2. Concepção de planos e projetos de drenagem urbana que objetivem o reuso de água, tendo como objetivo o aproveitamento da água para recarga do aquífero subterrâneo;	2.1. O Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB nas Diretrizes de Ação para 2005, recomendou a SEMOV, a adoção de projetos de drenagem urbana que contemple o reúso de água com o objetivo de recarga do aquífero subterrâneo. Após a realização da I Conferência Municipal de Saneamento Básico de Natal, o COMSAB recomendou e a ARSBAN encaminhou através de Ofício, cópias com todas as Resoluções da referida Conferência a SEMOV, SEMURB e URBANA. Até o momento se desconhece o atendimento de concepção de planos e projetos baseados na premissa do reuso de água e que priorize a recarga do aquífero subterrâneo como foco principal;	ARSBAN
3. Utilização de 10% dos recursos destinados a publicidade oficial para programas de Educação e Pesquisa na área ambiental, enfocando o reaproveitamento das águas e resíduos sólidos;	3.1. Desconheço ação voltada para esta questão. Entretanto é relevante ressaltar ações de Educação Sanitária e Ambiental desenvolvidas pela ARSBAN, no caso do Programa de Educação Sanitária e Ambiental – PROGESA com atuação em Escolas Municipais e Estaduais da cidade do Natal, bem como ações de criação do Núcleo de Educação Ambiental do Município do Natal pela SEMURB, ação educativa ambiental do IDEMA, através dos Programas do Lixo Útil e da Caravana Ambiental e ações educativas ambientais e sanitárias da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos - SERHID e da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN;	ARSBAN
4. Atualizar o zoneamento geo-ambiental de Natal;	4.1. Temos conhecimento de ações voltadas para a discussão da	ARSBAN

	<p>necessidade de se viabilizar um Sistema de Georeferenciamento ambiental de Natal. Para tanto, a SEMPLA realizou diversas reuniões com Secretários e também com Técnicos dos vários Órgãos da PMN em 2004. Tais reuniões evoluíram para a realização de Seminário Técnico e reuniões com o INPE. Espera-se em médio prazo a viabilização e os primeiros estudos e trabalhos de implantação do SIG, desde que se viabilize os recursos para a implantação do referido Sistema;</p>	
<p>5. Levantar a possibilidade de utilização de parte do percentual dos royalties na área do saneamento ambiental;</p>	<p>5.1. Desconheço ação nesta esfera, em que parte do percentual dos royalties de petróleo estejam sendo utilizados especificamente na área do saneamento ambiental;</p>	ARSBAN
<p>6. Emenda coletiva da bancada federal do RN para conseguir dotação orçamentária com recursos destinados ao saneamento ambiental;</p>	<p>6.1. O que se tem de concreto sobre esta recomendação é a destinação de emendas de alguns parlamentares voltadas para esgotamento sanitário e para abastecimento de água. Vale, entretanto, ressaltar o esforço do Governo do Estado do RN, bem como a ação da Prefeitura Municipal do Natal - PMN que conseguiram viabilizar a captação de recursos junto ao Ministério das Cidades, com financiamento da CEF, BID e BIRD. Está previsto a utilização de recursos da ordem de mais de 134 milhões de reais para aplicar em Saneamento Ambiental;</p>	ARSBAN
<p>7. Investir em tecnologia para processamento e readagem dos resíduos sólidos urbanos;</p>	<p>7.1. A PMN apresentou 10 Consultas Prévia (3 para projetos de Resíduos Sólidos (URBANA), 4 projetos de Abastecimento de Água (CAERN) e 3 projetos de Esgotamento Sanitário (CAERN)), para captar recursos junto ao Programa de Saneamento Ambiental nas Regiões Metropolitanas 2005 - 2006, promovidos pelo Ministério das Cidades e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Os citados projetos foram todos classificados e poderão ser liberados os recursos durante os anos de 2005 e 2006. Os projetos referentes a Resíduos Sólidos basicamente tratam</p>	ARSBAN

	de captação de recursos para viabilizar ações e investir em tecnologia com aquisição de equipamentos modernos para reciclagem, recuperação da área do lixão de Cidade Nova e inclusão social de catadores e suas famílias, o que demonstra um grande alcance social nas ações inseridas nos supracitados projetos;	
8. Orientar para que se crie uma política de recolhimento de lâmpadas fluorescentes (mercúrio), com fins de reciclagem;	8.1. Desconheço ação educativa e de ação política e legislativa voltada para o recolhimento e reciclagem de lâmpadas fluorescentes (Mercúrio);	ARSBAN
9. Pensar nas potencialidades de Natal para poder planejar o seu desenvolvimento local sustentável;	9.1. O “Plano Integrado de Ações Municipais” elaborado com a coordenação da SEMPLA em 2004, contempla conjuntamente com ações que a mesma Secretaria está realizando agora, como as consultas populares do “Orçamento Participativo”, esta importante questão. As discussões do Plano Integrado de Ações Municipais, juntamente com os estudos que serviram de base para a elaboração do mesmo e o processo de aprofundamento do debate do Orçamento do Município, com a participação representativa de diversos segmentos da sociedade organizada, deve contemplar a abordagem da questão das potencialidades de Natal e a procura do desenvolvimento local sustentável;	ARSBAN
10. Concepção de planos e projetos de esgotamento sanitário que objetive o reúso da água;	10.1. O Plano Diretor de Esgotamento Sanitário do Município do Natal (PDES) atualmente encontra-se em processo de discussão no que se refere ao exame das alternativas de concepções de tratamentos de esgotos para os diversos sistemas que cobre o Município do Natal. A ARSBAN, bem como algumas entidades e técnicos de entidades profissionais e de pesquisa que tratam da temática referente a Esgotamento Sanitário defendem a escolha de alternativas de planos e projetos que objetive o reúso da água tratada resultante do processamento dos efluentes sanitários. Neste contexto é	ARSBAN

	<p>relevante ressaltar a realização pela ABES-RN do Congresso Brasileiro de Reúso de Águas, que aconteceu em Natal no mês de maio de 2005, como atividade técnica fomentadora e divulgadora das diversas experiências e técnicas de reúso de águas tanto no Brasil como em outros países. A CAERN informa que planos e projetos de esgotamento sanitário já elaborados levam em conta a possibilidade do reúso de águas servidas como premissa básica;</p> <p>10.2. Projetos e planos de esgotamento sanitário já elaborados, levando em conta a possibilidade de reuso de águas servidas como premissa básica;</p>	CAERN
11. Tornar obrigatório aos municípios da RMN a disposição dos resíduos sólidos unicamente no futuro aterro sanitário da RMN, localizado em Ceará-Mirim;	11.1. O Aterro Sanitário da Região Metropolitana do Natal, atualmente se encontra em operação e recebe os resíduos sólidos dos Municípios de Ceará Mirim, Parnamirim e Natal. Não existe dispositivo legal que obrigue os demais Municípios a depositar os resíduos sólidos no supracitado Aterro Sanitário;	ARSBAN
12. Tornar obrigatório o tratamento adequado dos resíduos hospitalares;	12.1. Já existe legislação que contempla tal questão, e atualmente empresas especializadas recolhem os chamados resíduos de saúde e encaminham para processo de incineração;	ARSBAN
13. Dotar a SEMURB de estrutura adequada para prestar os serviços à população;	13.1. Em 2004 foi realizado um Concurso Público para suprir as demandas técnicas relativas à fiscalização urbanística e ambiental, bem como trabalhos técnicos especializados, tendo já melhorado bastante as ações dessa Secretaria, inclusive coordenando e atuando conjuntamente com outros Órgãos Estaduais e Municipais, de ações de combate a ligações clandestinas e diagnóstico da atual situação do	ARSBAN

	Esgotamento Sanitário de Ponta Negra, além de discussões sobre Revisão do Plano Diretor do Natal, Plano de Arborização, dentre outras importantes atividades desenvolvidas;	
14. Viabilizar fontes de financiamento para reciclagem, treinamento e reequipamento dos órgãos de controle e gestão;	14.1. A Prefeitura Municipal do Natal através da URBANA, conforme já explicitado no item 7, encaminhou e conseguiu recursos para utilização na aquisição de equipamentos e obras voltadas para a reciclagem e inclusão social de catadores através de suas Cooperativas, existindo uma expectativa de que até o final de 2006 a Coleta Seletiva chegue a 30 localidades da Cidade do Natal;	ARSBAN
15. Criação de Parques da Cidadania nas áreas de poder aquisitivo, onde seriam plantadas árvores e lugares de educação ambiental com proibição do tráfego de automóveis;	15.1. Até o momento atual, o que existe de concreto é a criação de uma área nestes moldes no local onde funcionou o antigo lixão de Cidade Nova, que passa por um processo de recuperação ambiental com a utilização de recursos do Programa de Saneamento Ambiental nas Regiões Metropolitanas 2004;	ARSBAN
16. Que sejam criados programas para a manutenção e utilização das áreas invadidas com equipamentos sociais ou outras formas de utilização em benefício da coletividade, conforme a legislação vigente para novas invasões;	16.1. Desconheço ação voltada para a criação dos referidos programas e o alcance dos objetivos desejados;	ARSBAN
17. Garantir um percentual no orçamento municipal para o saneamento ambiental;	17.1. O que existe atualmente no Orçamento Municipal são previsões de recursos para o funcionamento de Órgãos que tratam das questões ambientais tais como a Secretaria Municipal de Saúde – SMS, a URBANA, a SEMURB e a ARSBAN;	ARSBAN
18. Elaborar um Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos:	18.1. A CAERN aprovou um Plano Estadual de Saneamento Básico que contempla ações e investimentos em todo Estado do RN. No que se refere	ARSBAN e CAERN

<p>a) Priorizando a realização de estudos macro das questões de drenagem, esgotamento sanitário e recarga do aquífero da Região Metropolitana de Natal;</p> <p>b) Esse Plano traçará diretrizes para elaboração dos Planos de Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana, Reuso de Águas e de Urbanização;</p>	<p>ao Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos para o Município do Natal, a ARSBAN em Audiência Pública e em Documento encaminhado a CAERN e ao Ministério Público de Defesa do Meio Ambiente recomenda a imediata elaboração do citado Plano, como forma de se buscar soluções para os problemas da contaminação por nitrato das águas subterrâneas, bem como avaliação do potencial hídrico e das problemáticas inerentes a carência de Drenagem Urbana e pouca cobertura do sistema de Esgotamento Sanitário;</p>	
<p>19. Elaboração de um Plano de Esgotamento Sanitário contemplando:</p> <p>a) Coleta, tratamento e destinação final de 100% do esgoto de Natal;</p> <p>b) Implementar a obrigatoriedade da ligação dos imóveis à rede de coleta nas ruas onde já existe rede coletora;</p> <p>c) Priorizar a implantação do sistema de esgotamento nas áreas contaminadas (regiões que apresentam baixo índice de contaminação);</p> <p>d) Reservar e preservar áreas urbanas destinadas à implantação de estações de tratamento de esgoto;</p>	<p>19.1. No momento se encontra em fase final de análise pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB a conclusão do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário do Município do Natal (PDES). No que se refere a cobertura de 100 % do esgotos de Natal, tal percentual a ser alcançado está previsto em Cláusula do Contrato de Concessão. A priorização da implantação dos sistemas de esgotos, sempre que possível estão sendo examinados pelo COMSAB e encaminhados pela ARSBAN obedecendo a essa premissa técnica. O Código Sanitário do Município do Natal contempla a obrigatoriedade da ligação dos imóveis a rede de coleta nas ruas onde já existe sistema de rede coletora de esgotos sanitários;</p> <p>19.2. Conclusão do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal, que se encontra na fase final de análise pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico de Natal (COMSAB);</p>	<p>ARSBAN</p> <p>CAERN</p>
<p>20. Elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana, considerando:</p> <p>a) Promover a recarga induzida do aquífero através de</p>	<p>20.1. O COMSAB em suas Diretrizes para 2005 contempla a necessidade urgente da elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana nos moldes propostos de promoção da recarga do aquífero e desenvolvimento de modelos hidrogeológicos adequados a nossa realidade, sendo que foi</p>	<p>ARSBAN</p>



<p>lagoas de infiltração, valas e poços;</p> <p>b) Desenvolvimento de modelos hidrogeológicos adequado à nossa realidade;</p>	<p>formalizada tal preocupação a SEMOV, que já encaminhou ao Ministério do Planejamento do Governo federal pedido de recursos para elaborar tal Plano;</p>	
<p>21. Atualização do Plano Diretor Urbano de Natal, contemplando:</p> <p>a) Manutenção de área permeável de no mínimo 20%;</p> <p>b) Incentivar a pavimentação de ruas secundárias por métodos que permitam alguma permeabilidade (evitar o asfaltamento);</p> <p>c) Definir áreas de novos mananciais destinados ao abastecimento público futuro;</p> <p>d) Maior rigor no licenciamento do parcelamento para loteamentos e construções.</p>	<p>21.1. A SEMURB já está desenvolvendo reuniões, encontros com vários segmentos da sociedade organizada e seminários para aprofundar os debates e discussões que nortearão a atualização do Plano Diretor Urbano de Natal, sendo que a ARSBAN já encaminhou a SEMURB as preocupações de manutenção de área permeável, a questão do incentivo a pavimentação por métodos que permitam permeabilidade, definição de áreas de novos mananciais destinados ao abastecimento d'água no futuro e um maior rigor na fiscalização e licenciamento do parcelamento de loteamento e construções;</p>	<p>ARSBAN</p>
<p>22. Implantar um Sistema de Licenciamento e Fiscalização, que contemple:</p> <p>a) A implementação das Outorgas de Uso da Água;</p> <p>b) Identificação da competência e da atuação de cada órgão;</p> <p>c) Sintonia entre os órgãos (para efetivo funcionamento);</p> <p>d) Vigilância Sanitária;</p>	<p>22.1. Esta questão já está sendo viabilizada como forma de acompanhar e buscar conjuntamente as soluções para a problemática da contaminação por nitratos da água do Município do Natal e conseqüentemente garantir a qualidade da água a população da cidade. Participam desta ação a ARSBAN, SERHID, IGARN, Vigilância Ambiental / SMS, CAERN, SEMURB, CREA, AGERN e Ministério Público do Meio Ambiente;</p>	<p>ARSBAN</p>

e) Exigir padronização dos procedimentos de execução na perfuração dos poços;		
<p>23. Implementar um Sistema de Monitoramento com Poços:</p> <p>a) Lagoas de Infiltração;</p> <p>b) Destinos finais de unidades de tratamentos;</p> <p>c) Outras fontes de poluição (postos de combustíveis, cemitérios, aterros controlados, lixões, etc.);</p> <p>d) Uniformizar procedimentos de monitoramento;</p>	<p>23.1. Estão previstas ações que contemplam este item na ação explicitada no item 22;</p> <p>23.2. Encontra-se em desenvolvimento o Plano de Monitoramento do Aquífero de Natal, em parceria com a UFRN, em especial do Laboratório de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da UFRN;</p>	<p>ARSBAN</p> <p>CAERN</p>
24. Elaborar um Banco de Dados, Parceria das entidades para otimizar a disponibilidade de dados;	24.1. Faz parte dos objetivos previstos na ação do item 22;	ARSBAN
<p>25. Desenvolver Sistema de Mapeamento e Cadastramento:</p> <p>a) Das áreas contaminadas;</p> <p>b) Dos pontos de recarga;</p> <p>c) Dos poços existentes (públicos e privados);</p> <p>d) Necessidade de elaboração de base cartográfica;</p>	25.1. A SERHID e o IGARN, em um trabalho integrado com a Vigilância Ambiental / SMS pretendem desenvolver o referido Sistema da forma proposta;	ARSBAN

<p>26. Fomentar a Pesquisa e a Educação Ambiental:</p> <p>a) Priorizar pesquisas na área;</p> <p>b) Programas e Campanhas de Educação Ambiental que desenvolva a idéia de responsabilidade social;</p> <p>c) Priorizar o conhecimento local;</p>	<p>26.1. A ARSBAN vem desenvolvendo o Programa de Educação Sanitária e Ambiental – PROGESA- em escolas da rede Municipal e Estadual de Ensino, surgindo desse trabalho o Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições ARSBAN, SEMURB, URBANA, SME, SEARA, IDEMA e a SECD que culminou com o Programa Integrado de Coleta Seletiva nas Escolas atendida pelo PROGESA realizando cursos de cestaria, palestra, capacitações de professores e funcionários e início da efetivação da Coleta Seletiva em Escolas Públicas Estaduais e Municipais da Cidade do Natal. Vale ainda ressaltar, ações de outros Órgãos Estaduais e Municipais, dentre os quais se destaca a criação do Núcleo de Educação Ambiental do Município do Natal pela SEMURB, Programas de Educação Ambiental do IDEMA (Lixo Útil e Caravana Ambiental) e ações educativas ambientais e sanitárias da SERHID, IGARN, Secretaria Municipal de Saúde e CAERN, sendo que estes programas buscam enfocar as premissas da resolução em tela;</p>	<p>ARSBAN</p>
<p>27. Regulamentar em Lei Ordinária, as Áreas de Preservação Ambiental:</p> <p>a) Áreas de Lagoinha, Rio Doce, Morro do Careca, Salinas da margem do Rio Potengi em Natal como, também, a área localizada a oeste da Av. Prefeito Omar O'Grady, sentido Candelária Cidade Satélite, ou seja, parte do San Vale Subzona SZ1-A, com rigorosa preservação;</p> <p>b) Criação de um fundo para instalação e manutenção e monitoramento ZPA;</p>	<p>27.1. ZPA's regulamentadas: ZPA 1 (Pitimbu, Candelária e Cidade Nova), ZPA 3 (entre o Rio Pitimbu e Avenida dos Caiapós, ZPA 4 (Cordões Dunares do Guarapes) e a ZPA de Lagoinha em processo de regulamentação. No que se refere a criação de fundo para instalação, manutenção e monitoramento das ZPA's, desconheço ação neste sentido;</p>	<p>ARSBAN</p>

<p>28. Prever no Orçamento:</p> <p>a) Definir diretrizes no Plano Plurianual e alocar recursos na proposta orçamentária para as seguintes obras: coleta, tratamento e destino final dos esgotos de forma adequada e a drenagem urbana.</p>	<p>28.1. O Governo do Estado através da CAERN encaminhou a Assembleia Legislativa que aprovou o Plano Estadual de Saneamento Básico que contempla ações e investimentos em todo Estado do RN. Dentro das ações do PPA da CAERN estão previstas ações e investimentos para Esgotamento Sanitário, já estando assegurado o montante de mais de 134 milhões de reais para aplicação no Município do Natal. No que se refere a Drenagem Urbana, o PPA da PMN, no que se refere as Atividades da SEMOV, contempla a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana, sendo que a referida Secretária também reivindica recursos financeiros junto ao Ministério do Planejamento e Ministério das Cidades para elaborar o citado Plano, bem como resolver problemas de Drenagem Urbana que castigam quando da ocorrência de altas precipitações pluviométricas em diversos bairros de nossa cidade.</p>	<p>ARSBAN</p>
--	--	---------------

## **ANEXO 02**

# **REGIMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal, convocada pelo Decreto Nº 7.608, de 18 de abril de 2005, integra o processo de preparação da 2ª Conferência Estadual da Cidade convocada pelo Decreto nº 18.132 de 15 de março de 2005 e integrante do processo preparatório da 2ª Conferência Nacional das Cidades, convocada por Decreto Presidencial em 11 de fevereiro de 2005 e pelo Ministério das Cidades, terá como finalidade:

I – Propor diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano, especialmente, sobre as seguintes temáticas:

financiamento das políticas urbanas nos âmbitos federal, estadual e municipal;

participação e controle social;

questão federativa;

política urbana regional e Regiões Metropolitanas.

II – Propor orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei 10.257 de 2001, especialmente, sobre a elaboração de Planos Diretores;

III – Recomendar aos Estados diretrizes de políticas de desenvolvimento urbano regional;

IV - Indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades;

V - Propor a natureza, a composição e novas atribuições do Conselho das Cidades - ConCidades;

VI – Realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª Conferência Nacional e da atuação do Conselho das Cidades;

VII - Avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VIII - Avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;

IX – Deliberar sobre a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências Nacionais das Cidades;

X – Apresentar subsídios para a estruturação do Sistema Nacional de Gestão Democrática das Cidades, compreendendo a política de desenvolvimento urbano e suas políticas específicas de habitação; de saneamento ambiental e de trânsito, transporte e mobilidade urbana.

## **CAPÍTULO II**

### **DA REALIZAÇÃO**

Art. 2º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal será realizada nos dias 21 e 22 de julho de 2005.

Art. 3º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal, é antecedida por etapas preparatórias realizadas nas quatro regiões administrativas.

Parágrafo único - As etapas preparatórias da segunda conferência da Cidade do Natal constituem-se:

- I – da discussão do seu temário central;
- II – da divulgação da metodologia de seu funcionamento;
- III – da eleição dos delegados representantes dos segmentos dos movimentos sociais e populares;

Art.4º - As etapas preparatórias da 2ª Conferência da Cidade do Natal realizam-se:

- I – na região Oeste, no dia 14/07/2005.
- II – na região Norte, no dia 16/07/2005.
- III – na região Sul, no dia 12/07/2005.
- IV – na região Leste, no dia 11/07/2005.

## **CAPÍTULO III**

### **DO TEMÁRIO**

Art. 5º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal terá como Lema: “Reforma Urbana: Cidade para Todos” e como Tema: “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”, em conformidade com o que estabelece o Decreto 7.608 de 18 de abril de 2005.

§ 1º - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

§ 2º - O temário deverá contemplar as questões de âmbito estadual de forma articulada com as temáticas nacionais.

Art. 6º - Os resultados da Conferência da Cidade do Natal devem ser remetidos às comissões preparatórias Estadual e Nacional em até 05 (cinco) dias após a realização da mesma, para que possam ser consolidados e sirvam de subsídio às discussões da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo único – No mesmo prazo o relatório da 2ª Conferência da Cidade do Natal é remetido para a Prefeitura Municipal do Natal, Câmara Municipal de Natal e todos os delegados da Conferência.

Art.7º - A Coordenação Executiva é responsável pela disponibilização dos textos sobre o temário central que subsidiem as discussões da 2ª Conferência da Cidade do Natal.

Art. 8º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal será composta de:

Palestra de abertura;

Mesa de debates;

Grupos temáticos;

Financiamento das políticas urbanas no âmbito municipal;

Participação e controle social;

Questão federativa;

Política urbana, regional e regiões metropolitanas.

Plenária de deliberação

& 1º - A mesa de debates é constituída por especialistas nas diferentes políticas urbanas, aprovados pela Comissão Preparatória.

& 2º - Os grupos temáticos contam com a participação do especialista do tema e de um facilitador indicado pela Coordenação Executiva.

& 3º - Os grupos temáticos tem um Coordenador, um secretário, e um relator escolhido por seus componentes.

& 4º - Nos trabalhos dos grupos não são tratados temas específicos além daqueles definidos a partir do temário central.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 9º - A 2ª Conferência da Cidade do Natal será presidida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme estabelecido pelo Decreto 7.608, de 18 de abril de 2005.

Art. 10 - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a 2ª Conferência da Cidade do Natal contará com uma Comissão Preparatória.

Art. 11 - A Comissão Preparatória será composta por 13 (treze) representantes dos segmentos sociais com reconhecida atuação e/ou abrangência municipal, que atuam nas áreas de Habitação; Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; Saneamento Ambiental; e Programas Urbanos, assim distribuídos:

Poder público estadual, no plano executivo e legislativo;

Movimentos sociais e populares;

ONG's com atuação na área;

Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

Trabalhadores (as), através de suas entidades sindicais;

Operadoras e concessionárias de serviços públicos; empresários (as) e cooperativas relacionados (as) ao desenvolvimento urbano, sendo estes últimos através de suas entidades representativas;

Conselhos de regulação de classe.

Art. 12 – Compete à Comissão Preparatória:

Coordenar, supervisionar e promover a realização da 2ª Conferência da Cidade do Natal, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

Aprovar os nomes dos (as) expositores (as) e o temário central da etapa municipal, bem como os documentos técnicos e textos de apoio;

Propor os critérios e modalidades de participação e representação dos (as) interessados (as), bem como o local de realização da Conferência;

Atuar junto à Coordenação Executiva formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 2ª Conferência da Cidade do Natal;

Atuar como elo de ligação entre a Coordenação Executiva e as demais entidades de âmbito municipal;

Mobilizar as demais entidades dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, no âmbito de sua atuação no município, para preparação e participação na 2ª Conferência da Cidade do Natal, em suas etapas municipais;

Aprovar o Regimento da 2ª Conferência da Cidade do Natal.

Art. 13 – A Comissão Preparatória será constituída por:

Comissão de Comunicação Social;

Comissão de Articulação e Mobilização;

Comissão de Organização;

Comissão de Sistematização;

Comissão de Plano Diretor Participativo.

Art. 14 - A Coordenação Executiva será composta por 07 (sete) membros titulares e 03 (três) suplentes, escolhidos entre os membros da Comissão Preparatória, designados através de Portaria da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica.

Parágrafo Único - O Presidente da 2ª Conferência da Cidade do Natal designará um (a) Coordenador (a) Geral da Coordenação Executiva.

Art. 21 - À Coordenação Executiva compete:

I - elaborar a proposta de programação da 2ª Conferência da Cidade do Natal;

II - dar cumprimento às deliberações da Comissão Preparatória;

III – validar as conferências municipais;

IV - definir critérios para a escolha dos (as) convidados para a 2ª Conferência da Cidade do Natal;

V - designar facilitadores (as) para o apoio aos trabalhos dos grupos temáticos;

VI – promover divulgação adequada da 2ª Conferência da Cidade do Natal;

VII - elaborar o documento sobre o temário central, o relatório final e os anais da 2ª Conferência da Cidade do Natal;



## **CAPÍTULO V**

### **DOS PARTICIPANTES**

Art. 14 - A 2ª Conferência da Cidade do Natal, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do artigo 11 deste Regimento e interessados nas questões relativas à política de gestão urbana, de habitação, de saneamento ambiental e de trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Art. 23 - Os participantes da 2ª Conferência da Cidade do Natal estarão distribuídos em duas categorias:

Delegados (as) com direito a voz e voto; e

Convidados (as) com direito a voz.

Parágrafo Único - Os critérios para escolha dos (as) convidados (as) serão definidos pela Coordenação Executiva.

Art. 15 – A 2ª Conferência da Cidade do Natal terá uma composição total de 140 (cento e quarenta) delegados.

Art. 16 - A representação dos diversos segmentos na 2ª Conferência da Cidade do Natal deverá ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos – 56 delegados (40%);

II - movimentos sociais e populares – 35 delegados (25%);

III - ONG's com atuação na área – 09 delegados (6,4%);

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa – 11 delegados (7,8%);

V - trabalhadores, através de suas entidades sindicais – 14 delegados (10%);

VI – operadoras e concessionárias de serviços públicos; empresários (as) e cooperativas relacionadas (a) à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, sendo estes últimos através de suas entidades representativas – 14 delegados (10%).

VII – Conselhos – 1 (1%)

§ 1º - As vagas para delegados citados no inciso I deste artigo serão assim distribuídas: 1/3 para o Poder Legislativo e 2/3 para o Poder Executivo.

§ 2º - As vagas para delegados citados no inciso VI deste artigo serão assim distribuídas: 5% para operadores e concessionários públicos e 5% para operadores e concessionários privados.

§ 3º - As vagas para delegados do poder público serão preenchidas por indicação do Executivo e pela Câmara Municipal do Natal.

& 4º - A representação dos movimentos sociais e populares dar-se na proporção de sua população no total da população da cidade cabendo a:

I – Região Norte, 12 delegados (34,3%);

II – Região Sul, 07 delegados (21,9%);

III – Região Leste, 06 delegados (16,4%);

---

IV – Região Oeste, 10 delegados (27,4%).

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art. 17 - As despesas com a organização geral e com a realização da 2ª Conferência da Cidade do Natal correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal de Natal.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 18 - A Comissão Preparatória acompanhará e deliberará sobre as atividades da Coordenação Executiva, devendo o (a) Coordenador (a) Geral apresentar relatórios em todas as reuniões ordinárias da Comissão Preparatória.

Art. 19 – Cabe à Comissão Preparatória definir data, local, critério de participação, temário, pauta das Regiões e critério para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as diretrizes e as definições deste Regimento, bem como do Regimento da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Art.20 – As deliberações da plenária e dos grupos temáticos são tomadas por maioria simples.

Art.21 – Cada delegado só pode representar uma única entidade;

Art.22 – Os delegados da 2ª Conferência da Cidade do Natal na 2ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte serão escolhidos na 2ª Conferência do Natal.

Art. 23 – Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória municipal, cabendo recurso à Coordenação Executiva Nacional.

Natal/RN, 20 de maio de 2005.